Processo nº46/2002

Data : 11 de Julho de 2002

Assuntos: - Crime de associação criminosa
- Crime de burla

SUMÁRIO

- a) São, elementos constitutivos do crime de associação criminosa:
- Existência de uma pluralidade de pessoas;
  - A organização tem uma certa duração;
  - Existência de um mínimo de estrutura organizatória que - não tendo de ser tipicamente cunhada) - sirva de substrato material à existência de algo que supere os agentes;
  - Existência de uma qualquer formação de vontade colectiva;
  - Existência de um sentimento comum de ligação por parte dos membros da associação.
- b) Cometeram o crime de associação criminosa os arguidos, ao fundarem e porem em actividade por acordo de vontades, uma organização estável e permanente, dotada de certa autonomia e destinada à prática de crimes de burla.

O Relator,

Choi Mou Pan

Recurso n° 46/2002

Recorrente: A

Acordam no Tribunal de Segunda Instância da

R.A.E.M. :

O Ministério Público acusou:

- 1º arguido A,
- 2º arguido B,
- 3º arguido C,
- 4º arguido D,
- 5º arguido E,
- 6º arguido F,
- 7º arguido G e

– 8º arguido H

pela prática, em co-autoria material e na forma consumada de:

- um crime de associação criminosa p. e p. pelo artigo 288º do Código Penal, sendo os 1º, 7º e 8º arguido punido pelo nº 3 do citado artigo 288º, enquanto os restantes arguido pelo nº 2º do mesmo artigo e
- um crim de burla p. e p. pelo artigo 211º nº 4 al. a), b) e c) do Código Penal.

Junto do Tribunal Judicial de Base, foram autuados como Processo Comum sob nº PCC-022-01-3.

Realizada a audiência de julgamento, o Tribunal Colectivo decidiu:

- a. Absolver o 7º arguido G e o 8º arguido H dos crimes de que vinham acusados, por insuficiência da prova;
- b. Condenar o 1º arguido A:
  - na pena de seis (6) anos e nove (9) meses de prisão pela prática, em co-autoria material, sob a forma continuada e na forma consumada, de um crime de burla p. e p. pelo artº 211º nºs 1 e 4 al. a), conjugado com o artº 196º al. b), ambos do CPM; e
  - na pena de quatro (4) anos e seis (6) meses de prisão pela prática, em co-autoria material e na forma consumada, um crime de associação criminosa p. e p. pelo artº 288º nº 2 do CPM.

Em cúmulo, condenar o mesmo na pena única e global de oito (8) anos e três (3) meses de prisão;
- c. Condenar o 2º arguido B:

- na pena de seis (6) anos e nove (9) meses de prisão pela prática, em co-autoria material, sob a forma continuada e na forma consumada, um crime de burla p. e p. pelo artº 211º nºs 1 e 4 al. a), conjugado com o artº 196º al. b), ambos do CPM; e
- na pena de quatro (4) anos e seis (6) meses de prisão pela prática, em co-autoria material e na forma consumada, um crime de associação criminosa p. e p. pelo artº 288º nº 2 do CPM.

Em cúmulo, condenar o mesmo na pena única e global de oito (8) anos e três (3) meses de prisão;

d. Condenar o 3º arguido C:

- na pena de seis (6) anos e nove (9) meses de prisão pela prática, em co-autoria material, sob a forma continuada e na forma consumada, um crime de burla p. e p. pelo artº 211º nºs 1 e 4 al. a), conjugado com o artº 196º al. b), ambos do CPM; e
- na pena de quatro (4) anos e seis (6) meses de prisão pela prática, em co-autoria material e na forma consumada, um crime de associação criminosa p. e p. pelo artº 288º nº 2 do CPM.

Em cúmulo, condenar o mesmo na pena única e global de oito (8) anos e três (3) meses de prisão;

e. Condenar o 4º arguido D:

- na pena de seis (6) anos e nove (9) meses de prisão pela prática, em co-autoria material, sob a forma continuada e na forma consumada, um crime de burla p. e p. pelo artº

211º nos 1 e 4 al. a), conjugado com o artº 196º al. b), ambos do CPM; e

- na pena de quatro (4) anos e seis (6) meses de prisão pela prática, pela prática, em co-autoria material e na forma consumada, um crime de associação criminosa p. e p. pelo artº 288º nº 2 do CPM.

Em cúmulo, condenar o mesmo na pena única e global de oito (8) anos e três (3) meses de prisão;

f. Condenar o 5º arguido E:

- na pena de seis (6) anos e nove (9) meses de prisão pela prática, em co-autoria material, sob a forma continuada e na forma consumada, um crime de burla p. e p. pelo artº 211º nos 1 e 4 al. a), conjugado com o artº 196º al. b), ambos do CPM; e
- na pena de quatro (4) anos e seis (6) meses de prisão pela prática, pela prática, em co-autoria material e na forma consumada, um crime de associação criminosa p. e p. pelo artº 288º nº 2 do CPM.

Em cúmulo, condenar o mesmo na pena única e global de oito (8) anos e três (3) meses de prisão;

g. Condenar o 6º arguido F:

- na pena de seis (6) anos e nove (9) meses de prisão pela prática, em co-autoria material, sob a forma continuada e na forma consumada, um crime de burla p. e p. pelo artº 211º nos 1 e 4 al. a), conjugado com o artº 196º al. b), ambos do CPM; e

- na pena de quatro (4) anos e seis (6) meses de prisão pela prática, pela prática, em co-autoria material e na forma consumada, um crime de associação criminosa p. e p. pelo artº 288º nº 2 do CPM.

Em cúmulo, condenar o mesmo na pena única e global de oito (8) anos e três (3) meses de prisão;

- h. Declarar perdido a favor da RAEM os objectos apreendidos e indicados a fls. 1737, ficando os mesmos apensados aos autos, com excepção dos documentos de viagem apreendidos que deverão ser devolvidos aos seus titulares;
- i. Condenar os 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º arguidos a pagar aos ofendidos:
  - I, a indemnização no montante de HK\$173.000,00, a título de danos sofridos. A tal montante acrescerá os juros vincendos à taxa legal até o seu integral e efectivo pagamento;
  - J, a indemnização no montante de HK\$230.000,00, a título de danos sofridos. A tal montante acrescerá os juros vincendos à taxa legal até o seu integral e efectivo pagamento;
  - K, a indemnização no montante de HK\$50.000,00, a título de danos sofridos. A tal montante de acrescerá os juros vincendos à taxa legal até o seu integral e efectivo pagamento;
  - L, a indemnização no montante de HK\$20.000,00, a título de danos sofridos. A tal montante acrescerá os juros vincendos à taxa legal até o seu integral e efectivo pagamento;

- M, a indemnização no montante de HK\$50.000,00, a título de danos sofridos. A tal montante acrescerá os juros vincendos à taxa legal até o seu integral e efectivo pagamento;
- N, a indemnização no montante de HK\$303.378,00, a título de danos sofridos. A tal montante acrescerá os juros vincendos à taxa legal até o seu integral e efectivo pagamento;
- O, a indemnização no montante de HK\$100.000,00, a título de danos sofridos. A tal montante acrescerá os juros vincendos à taxa legal até o seu integral e efectivo pagamento;
- P, a indemnização no montante de HK\$350.000,00, a título de danos sofridos. A tal montante acrescerá os juros vincendos à taxa legal até o seu integral e efectivo pagamento;
- Q, a indemnização no montante de HK\$200.000,00, a título de danos sofridos. A tal montante acrescerá os juros vincendos à taxa legal até o seu integral e efectivo pagamento;
- R, a indemnização no montante de HK\$100.000,00, a título de danos sofridos. A tal montante acrescerá os juros vincendos à taxa legal até o seu integral e efectivo pagamento;
- S, a indemnização no montante de HK\$98.818,00, a título de danos sofridos. A tal montante acrescerá os juros vincendos à taxa legal até o seu integral e efectivo pagamento;

- T, a indemnização no montante de HK\$100.000,00, a título de danos sofridos. A tal montante acrescerá os juros vincendos à taxa legal até o seu integral e efectivo pagamento;
- j. Condenar ainda os arguidos na taxa de justiça (individual) e nas custas do processo (solidárias) e outras remunerações.

Inconformado com o acórdão recorreu apenas o arguido A que motivou, em síntese, o seguinte:

- “1. Não há prova nos autos da prática do crime de associação criminosa.
2. A decisão recorrida sofre, nessa parte, do vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada, o qual resulta dos elementos constantes da mesma.
3. Uma vez que não se encontram preenchidos todos os elementos do tipo legal incriminador do crime de associação criminosa.
4. Foi violado o disposto no artº 288º do C.P.M. e no nº 2, al. a) do artº 400º do CPPM.”

Do recurso, respondeu o Ministério Público, pugnando pela rejeição do recurso por ser manifestamente improcedente.

Nesta Instância, o Digno Procurador-Adjunto mantém-se a posição assumida na resposta.

Foram colhidos os vistos legais dos Mmº Juizes-Adjuntos.

Cumpre-se decidir.

* * *

Quanto à matéria de facto, foi dada assente a seguinte factualidade:

Quanto à matéria de facto, foi dada assente a seguinte factualidade:

1º

Em data indeterminada, os 1º, 2º 3º, 4º, 5º e 6º arguidos, A, B, C, E, E e F e outros indivíduos não identificados agruparam-se para se dedicarem em incentivar terceiros a fazer “compra e venda de divisas” nas empresas supostamente sediadas em Taiwan (cfr. 1291), com vista a enganarem os ofendidos e assim obterem para si enriquecimento ilegítimo como modo de vida, muitas vezes usando nomes falsos perante os ofendidos e cada um exercendo função conforme plano pré-determinado e concertado.

2º

Nunca os 1º, 2º 3º, 4º, 5º e 6º arguidos tinham intenção de ajudarem os ofendidos na compra ou venda de divisas, pois não existem em Taiwan as empresas alegadas pelos arguidos.

3º

Os 1º, 2º 3º, 4º, 5º e 6º arguidos, fizeram publicidade no Jornal Diário de Macau com o pretexto de empregar trabalhadores “*part time*”, que apenas trabalhavam três horas por dia e podiam ganhar MOP\$2.500,00 ou 3.000,00 por mês, acrescentando que fossem bem vindos os reformados e domésticas com finalidade de atrair pessoas reformadas e domésticas a ir “trabalharem” com um período experimental de 10 dias, onde os empregados ofendidos eram ordenados a registar uns dados de negócios cambiais e a seguir incentivados a fazer especulações cambiais.

4º

No dia 20 de Agosto de 1999, o 7º arguido G requereu a contribuição industrial pelo início de actividades da companhia de nome X, sita na Rua XX.

5º

Na companhia referida, os empregados recrutados não podiam sair do lugar de “trabalho” para conhecerem o funcionamento da mesma companhia, onde havia nos gabinetes de trabalho ruído com música - ambiente esse com objectivo de impedir os ofendidos ouvirem as conversações dos arguidos dentro da empresa.

6º

Quem não investisse na compra e venda da moeda Yen japonesa na companhia seria despedido.

7º

Em data não apurada de Setembro de 1999, o 1º arguido A começou a formar um grupo para incentivar as pessoas a “comprar e vender divisas”.

8º

Em meados de Dezembro de 1999, o 6º arguido F veio para Macau a fim de fomentar os empregados recrutados na XX a fazerem compras e vendas de moedas estrangeiras.

9º

No dia 13 de Março de 2000, o 8º arguido H criou uma outra companhia Consultiva Internacional “XX”, sita na Avenida da XX.

10º

O 1º arguido A era também responsável da Companhia Consultiva Internacional “XX” em relação à qual foi requerida

contribuição industrial pelo início de actividade pelo 8º arguido H (id. fls. 532).

11º

Em 3 de Julho de 2000, a companhia “XX” acima referida alterou o nome e passou a ser denominada como Companhia “XX” com sede no mesmo sítio em que tinha sido situada a companhia “XX” no Edf. XX e funcionava de mesma maneira e com mesmo objecto ilícito.

12º

No dia 14 de Outubro de 1999, a ofendida I foi admitida por um senhor desconhecido de apelido Lei a trabalhar na Companhia de Consulta de Investimento “XX”, cujo horário de trabalho era de 19H15 a 22H15 com remuneração mensal de MOP\$2.500,00.

Na referida companhia um gerente de nome Ah Sam cuja identidade desconhecida diariamente entregava à ofendida I listas de lucros de clientes para que a ofendida I com outro gerente Gary e uma empregada Fion da referida companhia registassem os lucros a serem atribuídos posteriormente aos clientes.

Poucos dias depois do seu início de trabalho, a ofendida I foi persuadida pelo Gary a investir na compra e venda de divisas na mesma companhia por o Gary ter dito de maneira insistente, que os registos de compra e venda de divisas dos clientes provavam que todos os clientes ganhavam elevados lucros no investimento e a ofendida podia acompanhar as movimentações de Gary, com condição de entregar ao gerente Ah Sam uma quantia de HK\$100.000,00 para abrir uma conta na companhia XX.

Pouco depois, o gerente Ah Sam entregou perante a ofendida I uma quantia de HK\$70.000,00 ao Gary, dizendo que lucro esse foi ganho pelo Gary no investimento de compra e venda de divisas.

No dia 26 de Outubro de 1999, a ofendida, face às constantes atribuições de lucros pela companhia aos empregados, foi convencida a investir, por cinco vezes, no valor total de HK\$173.000,00 para compra e venda de divisa de Yen Japonês.

O dinheiro de HK\$173.000,00 da ofendida foi entregue directamente ao tal gerente A Sam.

No dia 2 de Novembro de 1999, o gerente “A Sam” disse-lhe que todo o seu dinheiro investido tinha sido perdido nas transacções de compra e venda de divisas.

No dia 3 de Novembro de 1999, a ofendida decidiu deixar definitivamente o trabalho na companhia XX e pediu ao outro gerente de nome “Gady” que lhe facultasse todos os documentos comprovativos das transacções. Porém pedido esse foi recusado.

O gerente Ah Sam ensinava a ofendida I a consultar o mercado de divisas estrangeiras, contudo ele não podia especificar o “mercado” que eles consultavam.

A ofendida reconheceu que o 1º arguido A trabalhava na companhia de XX.

Foi enganada com prejuízo de HK\$173.000,00 e deseja procedimento criminal e indemnização.

13º

Do mesmo modo, no dia 22 de Dezembro de 1999, conforme um anúncio no jornal, a ofendida J (id. fls. 26) foi entrevistada pela

companhia XX e foi contratada com função de calcular uns dados de negócios cambiais.

A ofendida começou a trabalhar na companhia dos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º arguidos a partir do mesmo dia de 22 de Dezembro de 1999.

A ofendida não possuía nenhum conhecimento sobre transacção de moedas estrangeiras.

No dia 27 do mesmo mês, o 6º arguido F começou a persuadir a ofendida J a fazer compra e venda de moedas estrangeiras, dizendo que a ofendida poderia obter com certeza lucros desse investimento caso seguisse as instruções dele.

O 5º arguido E - na altura usava o nome de "Ah Ken" - e outro desconhecido com nome Funny também persuadiam a ofendida para efectuar investimento.

O 5º arguido E, o 6º arguido F e outra trabalhadora "Fanny" da mesma companhia "XX" convenceram a ofendida a comprar Yen do Japão, acrescentando que a companhia "XX" de Taiwan iria oferecer-lhe um bónus de cerca de HK\$60.000,00 por a ofendida era empregada da companhia "XX".

Foi assim que a ofendida, apesar de não ter nenhum conhecimento de operações de compra e venda de divisas, acabou por ser convencida pelos arguidos E, F e a "Funny" a abrir uma conta com depósito de HK\$230.000,00 para investimento nas transacções de moeda de Yen japonesa.

Chegou a encontrar com o 1º arguido A na referida companhia.

Pouco depois, o 6º arguido F entregou à ofendida o registo duma conta de transacções na companhia XX com número G3493.

Nos dias 28 e 29 de Dezembro de 1999, a ofendida entregou respectivamente ao 6º arguido F as quantias de \$200.000,00 e HK\$30.000,00.

E o 6º arguido entregou estas quantias acima referidas a um indivíduo não identificado que fingiu depositar na conta nº G349J da ofendida, informando a ofendida de que foi-lhe oferecida uma quantia da HK\$60.000,00 como bónus pela Companhia "XX".

Por indicação do 6º arguido F, a ofendida assinou, no dia 29 de Dezembro de 1999, um conjunto de documentos cujo alcance ela desconhecia, incluindo um contrato de investimento de compra e venda da moeda japonesa "Yen", em que outra contraente era a "XX".

E um indivíduo desconhecido fingiu tratar da concessão de autorização pela Companhia "X" para a outorga do aludido contrato de investimento, com pretexto de que o dinheiro investido pela ofendida tinha sido entregue a um representante da Companhia "XX".

Logo depois, o 6º arguido F começou a dar instruções à ofendida para proceder às transacções de moeda japonesa. E a ofendida efectuou as compras e vendas dessa moeda tudo de acordo com as instruções do 6º arguido.

Todas as operações de compra e venda de Yen em nome da ofendida foram efectuadas dentro da Companhia "XX".

Na realidade os arguidos não fizeram qualquer compra e venda de divisas.

No dia 20 de Dezembro de 1999, pelas 11 horas, o 6º arguido F disse à ofendida que todo o seu dinheiro depositado na conta na G3493 se perdera, dizendo que se a ofendida desejasse ganhar o seu montante perdido, tinha que investir novamente a quantia de HK\$780.000,00 para continuar a compra e venda de divisas estrangeiras.

Assim, os 5º e 6º arguidos e a “Fanny” tentaram convencer novamente a ofendida para investir mais HK\$780.000,00 mas a ofendida não o fez por já não possuir mais dinheiro.

Na realidade, não existia tal companhia “XX” em Taiwan e nem assim a conta nº G3493 (cfr. fls. 1291).

E a empresa XX, sita na Rua XX também não estava autorizada a efectuar operações de compra e venda de divisas estrangeiras conforme a legislação vigente na RAEM (cfr. fls. 150).

A ofendida foi enganada com prejuízo de HK\$230.000,00 e deseja procedimento criminal e indemnização.

14º

Do mesmo modo e no dia 17 de Janeiro de 2000, a ofendida K (id. fls. 271) foi contratada para trabalhar na empresa XX, sita na Rua XX cuja função era de registo das movimentações de divisas estrangeiras, ou seja, calculava os lucros ou perdas dos clientes que compravam as divisas estrangeiras, anotando esses cálculos nos impressos próprios para os efeitos.

Posteriormente, um senhora denominada “Ché-Ché” persuadia a depoente em investir na compra e venda de divisas estrangeiras, garantindo com toda a certeza que a ofendida K não viesse a perder nas transacções. Disse ainda que se a ofendida investisse HKD\$100.000,00, a companhia XX lhe daria um bónus de HKD\$25.000,00.

No dia 20 de Janeiro de 2000, a ofendida foi convencida e investiu uma quantia de HKD\$50.000,00. Os arguidos fingiram depositar a quantia na sua conta nº G3611 atribuída pela companhia “XX”.

E o 2º arguido B fingiu ajudar a ofendida a investir nas divisas estrangeiras.

A ofendida limitou-se a acatar as instruções da senhora “Ché Ché” e do 2º arguido B para compra ou venda de divisas estrangeiras.

No dia 23 de Janeiro de 2000, uma outra empregada, cuja identidade se desconhecia, informou a ofendida pelo telefone de que a ofendida tinha perdido todo o dinheiro investido e a ofendida foi despedida no dia 25 de Janeiro de 2000 por não ter reforçado mais HK\$124.000,00 na conta dela.

A ofendida foi enganada e perdeu um montante HK\$50.000,00 e deseja procedimento criminal e indemnização.

15º

Do mesmo modo, no dia 16 de Fevereiro de 2000, o ofendido L (fls. 390) foi contratado a trabalhar na empresa XX, sita na Rua XX cuja função era de fazer registo das movimentações de divisas estrangeiras, ou seja, calculava os lucros ou perdas dos clientes que compravam as divisas estrangeiras, anotando esses cálculos nos impressos próprios para os efeitos.

No seu segundo dia de início de trabalho, foi persuadido por uma senhora de apelido “Lou” (盧) na companhia XX a investir na compra e venda da moeda japonesa, Yen, dizendo que era fácil de ganhar dinheiro e o ofendido L também poderia assim fazer, tendo a mesma senhora exibido um maço de notas de dólares de Hong Kong que ela trazia no interior da sua mala.

Tendo a mesma senhora “Lou” dito que caso o ofendido investisse HK\$100.000,00, a Companhia lhe daria um bónus adicional de HK\$25.000,00 por ser ele empregado da própria Companhia, e que

era melhor inscrever-se já, face ao número limitado de investidores admissíveis.

No dia 22 de Fevereiro de 2000, o ofendido, apesar de não ter nenhum conhecimento sobre compra e venda de moedas estrangeiras, acabou por ser convencido pela referida senhora "Lou" e prometeu investir HK\$20.000,00 na compra e venda de Yen japonesa.

No mesmo dia o 2º arguido B recebeu o dinheiro do ofendido e após, emitiu um recibo em nome da Companhia "XX" - apesar de esta na realidade não existia - e celebrou um contrato de investimento de compras e vendas da moeda Yen japonesa com o ofendido, cujo conteúdo o ofendido desconhecia. Depois o 2º arguido retirou da companhia XX.

Em seguida, ao ofendido foi atribuída uma conta de investimento com nº G3663 com bónus oferecido de HK\$5000,00.

Poucos dias depois, o ofendido foi informado de que tinha perdido todo o seu dinheiro investido nas transacções de divisas.

O ofendido reconheceu que os arguidos C, B e D "trabalhavam" naquela companhia XX, enganando os empregados recrutados.

Assim, o ofendido foi enganado e sofreu um prejuízo de HK\$20.000,00 e deseja procedimento criminal e indemnização.

16º

Do mesmo modo, no dia 17 de Março de 2000 pelas 14H00, a ofendida M (id. fls. 395) foi contratada para trabalhar na companhia Consultiva Internacional "XX", sita na Avenida XX, cuja função era de documentação e de cálculos de compra e venda de divisas estrangeiras de clientes da Companhia "XX", em chinês "XX" conforme instruções duma o senhora conhecida por "A Leng" de apelido "Lei".

Num dia não determinado de Março de 2000, à tarde, a tal senhora “A Leng” lhe propôs que cada uma delas investisse HK\$50.000,00, em conjunto, na compra e venda da Yen japonesa.

E um outro empregado conhecido por “Roy” da mesma companhia XX disse à ofendida que esta podia obter o bónus de HK\$12.500 na Companhia XX com investimento em HK\$50.000,00.

Foi assim que a ofendida, apesar de não ter conhecimento sobre compras e vendas de divisas, acabou por ser persuadida pela tal “A Leng” e o tal “Roy” a investir na compra e venda de moeda japonesa Yen.

No dia 24 de Março, a ofendida entregou HK\$50.000,00 na companhia Consultadora “XX” e assinou um “contrato” de investimento com a companhia “XX”, recebendo recibo de uma conta de investimento com o nº F6639 com o saldo positivo inicial de HK\$62.500,00.

Começou a ofendida as suas transacções da Yen desde o dia 24 de Março de 2000 sempre dentro das instalações da Companhia “XX”.

No dia 29 de Março, foi informada de que tinha perdido todo o dinheiro na conta dela.

E no dia 30 de Março, a ofendida foi despedida.

Reconheceu que o 5º arguido E trabalhava naquela companhia XX, fingindo fazer contas das divisas para enganar os empregados ofendidos.

Assim, a ofendida foi enganada com um prejuízo de HK\$50.000,00 e deseja procedimento criminal e indemnização.

17º

Mesmo caso aconteceu à ofendida N (id. fls. 200).

No dia 6 de Abril de 2000, pelas 19H00, a ofendida começou a trabalhar na Companhia "XX" e ali duas senhoras desconhecidas de nome "A Leng" e "A Sut", e o 3º arguido C - na altura usava o nome "Ah Wai" - conversavam com a ofendida, informando que era muito fácil de ganhar dinheiro através da compra e venda de moedas estrangeiras e ensinavam a ofendida como "se comprava e vendia" moedas estrangeiras.

No dia 10 de Abril de 2000, "A Leng", "A Sut" e o 3º arguido C "Ah Wai", começou a persuadir a ofendida a abrir uma conta na Agência de Gestão de Informações "XX", dizendo que caso investisse HK\$100.000,00 a ofendida poderia ter um bónus de HK\$30.000,00 por ser trabalhadora na companhia XX.

No dia 11 de Abril, na presença de "A Leng", "A Sut" e o 3º arguido C, a ofendida entregou o montante de HK\$100.000,00 à dita "A Sut", e eles fingiram telefonar a Taiwan e arranjaram a celebração dum "contrato" entre a ofendida e a Agência de Gestão de Informações "XX".

"Ah Leng" e o 3º arguido C "Ah Wai" fingiram ajudar a ofendida a fazer compra e venda de divisas no mercado.

No dia 14 de Abril, após três "transacções", disseram que a ofendida tinha ganho mais de HK\$20.000,00 e na 4ª "transacção" mostraram que na sua "conta" existia cerca de HK\$10.000,00 ganho.

No entanto, quando a denunciante queria vender as moedas, "A Leng" persuadiu a ofendida que não as vendesse mas celebrasse outro contrato para ganhar mais proveitos.

Apesar de a ofendida ter respondido que não tinha mais dinheiro para fazer tal subscrição, a "A Leng" disse que a companhia de Taiwan

permitia que os investidores pudessem depositar capital mais tarde depois de que a subscrição tinha feita.

Pelo que a ofendida subscreveu de imediato outra transacção de compra da Yen no valor de HK\$150.000,00 da qual se deu também lucro.

Face ao lucro existente, a ofendida requereu vender todo o dinheiro Yen para reaver o dinheiro em dólares de Hong Kong e sair do investimento.

No entanto, foi informada pela “A Leng” de que de acordo com as regras da Companhia, a ofendida não podia fazer tal naquele momento mas teria que subscrever mais uma transacção de compra de Yen no valor de HK\$300.000,00 para depois liquidar o investimento. Finalmente o montante de reforço foi baixado até HK\$210.000,00.

Foi assim que no dia 15 de Abril a ofendida foi entregar mais HK\$210.000,00 para fazer nova compra e venda de divisas estrangeiras.

No dia 26 de Abril de 2000, foi informada que todo o dinheiro de HK\$310.000,00 entregue pela ofendida para fazer compra e vendada de divisa tinha sido perdido, salvo o remanescente saldo positivo de HK\$6.000,00 e tal.

Quer dizer, a ofendida tinha perdido HK\$303.378,00.

Reconheceu os 1º e 5º arguidos A e E, que frequentavam aquela companhia XX.

Assim, a ofendida foi enganada com um prejuízo de HK\$303.378,00 e deseja procedimento criminal e indemnização.

18º

Do mesmo modo, no dia 7 de Março de 2000, a ofendida O (id. fls. 775) foi contratado para trabalhar na companhia Consultiva

Internacional “XX”, sita na Avenida da XX para fazer registo de transacções de divisas estrangeiras nas contas dos clientes da companhia “XX”.

Um empregado desconhecido da companhia XX disse-lhe que 80% das compras e vendas de divisas se davam ganhos e persuadia a ofendida que fizesse investimento de compra e venda de divisas.

No dia 9 de Março, a ofendida foi convenci da e entregou HK\$100.000,00 à companhia Consultadora “XX” para compras e vendas da Yen Japonesa.

Foi atribuída uma conta de investimento com o nº F6632.

Assim, em nome da ofendida, foram expedidas telefonicamente, a companhia de Taiwan 30 instruções de compra e venda da moeda Yen, tendo sido sempre um indivíduo de Macau mas fingia de Taiwan que lhe atendeu as instruções telefónicas.

No dia 14 de Março foi informada de que a ofendida já perdeu todo o dinheiro.

Foi o 5º arguido E quem admitiu a ofendida como cliente da companhia XX para fazer compra e venda divisas estrangeiras e foi o mesmo 5º arguido quem lhe aconselhou a investir HK\$100.000,00 para ganhar o bónus da empresa.

Assim, a ofendida foi enganada com um prejuízo de HK\$100.000,00 e deseja procedimento criminal e indemnização.

19º

Do mesmo modo, no dia 2 de Abril de 2000, o ofendido P (id fls. 584) foi contratado para trabalhar na Companhia de investimento cambial XX, sita na Rua XXX com função de anotar registos de

transacções de divisas estrangeiras, ou seja, calculava os lucros ou perdas dos clientes em uns impressos próprios para os efeitos.

Na Companhia "XX", dois empregados conhecidos por "Dai Di" e "A Keong" convenceram o ofendido a fazer compra e venda das divisas estrangeiras.

No dia 5 de Abril, o ofendido levou HK\$200.000,00 para a companhia Consultadora "XX" para compras e vendas da divisas estrangeiras.

Ao mesmo tempo, o ofendido assinou um conjunto de documentos, de cujo alcance desconhecia, incluindo um contrato de investimento em compras e vendas da moeda japonesa Yen para com a Companhia de "XX" "XX", tendo-lhe sido atribuída ao ofendido uma conta de investimento com o nº C2204.

No dia 5 de Abril de 2000, logo após feita a primeira operação de compra Yen japonesa, o "Dai Di" disse ao ofendido que ele já tinha perdido todo o investido e para evitar a perda efectiva, tinha que reforçar com um investimento adicional no valor de HK\$150.000,00.

No dia 6 de Abril, o ofendido entregou mais HK\$150.000,00 para a companhia XX acima referida.

Após duas operações de compras e vendas da moeda Yen japonesa foram efectuadas.

No dia 12 de Abril, foi informado de que tinha perdido todo o dinheiro, salvo HK\$855 que foi entregue ao ofendido.

O ofendido reconhecia que o 2º arguido B - e este afirmou - que trabalhava na companhia XX com nome Peter, e foi o 2º arguido que apresentou uma terceira pessoa para receber o montante do ofendido para o referido "investimento".

Assim, o ofendido foi enganado com um prejuízo de HK\$350.000,00 e deseja procedimento criminal e indemnização.

20º

Do mesmo modo, no dia 5 de Maio de 2000, a ofendida Q (id. fls. 652) foi contratado para trabalhar na Companhia de investimento cambial XX, sita na Rua XX com função de anotar registos de transacção de divisas estrangeiras, ou seja, calculava os lucros ou perdas referentes a clientes que compravam as divisas estrangeiras em uns impressos próprios para os efeitos.

Após de alguns dias de trabalho, uma empregada conhecida por “Yoky” da mesma companhia andava sempre a aliciar a ofendida a investir na compra e venda divisa, dizendo-lhe que caso investisse HK\$100.000,00 podia ter um bónus no valor de HK\$30.000,00.

No dia 15 de Maio, a ofendida acabou por ser convencida e entregou HK\$100.000,00 para a companhia acima referida para compra e venda Yen japonesa na Companhia “XX” em Taiwan. E foi-lhe atribuída uma conta de investimento com o nº C2476.

Após disso, o 2º arguido B, na altura com nome Tony, preparou os contratos de compra e venda de divisas estrangeiras para a ofendida assinar.

No dia 18 de Maio de 2000, a tal Yoky insistia em que a ofendida investisse mais HK\$100.000,00, sob pena de perder todo o dinheiro investido. Foi assim que a ofendida entregou mais HK\$100.000,00 ao 2º arguido B.

Poucos dias depois, a ofendida foi avisada de que teria que investir mais HK\$300.000,00 por já ter sido perdido todo o investimento anterior. Porém a ofendida não o fez.

No dia 2 de Junho, a ofendida foi informada de que já tinha perdido todo o dinheiro.

Reconhece que o 1º arguido A era chefe do 2º, arguido B e o 3º arguido C, que trabalhavam naquela empresa para enganar os ofendidos.

E o 3º arguido C ensinava os trabalhadores, recentemente contratados, para fazer registo da conta, alegando que ele era cliente da empresa na compra e venda de divisas estrangeiras.

Assim, a ofendida foi enganada com um prejuízo de HK\$200.000,00 e deseja procedimento criminal e indemnização.

21º

Do mesmo modo, e no dia 9 de Junho de 2000, a ofendida R foi admitida a trabalhar na companhia de investimento XX, sita na Rua XX, cuja tarefa consistia em apontar os dados de compra e venda de divisas estrangeiras efectuadas por clientes da companhia XX.

A ofendida começou a trabalhar na companhia XX no dia seguinte.

A ofendida trabalhava com outra colega desconhecida de nome “Apui” no mesmo gabinete.

Durante o horário de trabalho, o 4º arguido D que na altura usava o nome Jacky lhe disse que era investidor de bolsa de valores e na presença da ofendida referia várias vezes com “A Pui” que obtinha lucros na compra e venda da moeda japonesa.

E numa outra ocasião, “A Pui” disse ao 4º arguido D que estava interessada em investir na compra e venda de moeda japonesa, e assim o 4º arguido ajudou a tal “A Pui” para tratar das formalidades.

Na manhã do dia seguinte, na presença da ofendida, “A Pui” entregou uma quantia de HK\$100.000,00 a um empregado desconhecido da companhia XX para investir na compra e venda da moeda Yen Japonesa.

Mais tarde por volta das 12:00 do mesmo dia, o tal empregado regressou e na presença da ofendida, entregou uma quantia de HK\$130.000,00 à “A Pui” e disse que do montante a quantia de HKD\$100.000,00 tratava-se da capital investida pela “A Pui” enquanto o remanescente de HKD\$30.000,00 tratava-se de lucro proveniente do investimento.

Conversando, a “A Pui” tentou convencer a ofendida a investir na compra e venda da moeda Yen japonesa e a ofendida acabou por ser convencida e entregou uma quantia de HKD\$130.000,00 a uma empregada cuja identidade se desconhecia da XX para fazer compra e venda da moeda Yen japonesa.

Quando a ofendida contou os factos ao seu marido de que a ofendida tinha sido informada de ter perdido quase tudo e seu marido foi falar com o representante da Companhia XX que era o 1º arguido A, este entregou em mão ao seu marido uma quantia de HKD\$30.000,00.

Assim, a ofendida sofreu um prejuízo num montante de HKD\$100.000,00.

A ofendida reconheceu que o 2º arguido B tratava-se dum empregado da companhia XX e o mesmo encarregava-se em “executar” os pedidos de compra e venda emanados pelos clientes.

Reparou que várias vezes os 3º e 5º arguidos C e E se encontravam na companhia XX como clientes da companhia citada para enganar os ofendidos.

A ofendida deseja procedimento criminal e indemnização.

Do mesmo modo, e conforme um anúncio de recrutamento de trabalhadores pela Companhia “XX” publicado no Jornal Ou Mun pelo 1º arguido A, a ofendida S (id. fls. 1067), em 12 de Junho de 2000, foi entrevistada pela dita companhia e no dia seguinte admitida a trabalhar por uma senhora de apelido “Wong”.

Em 15 de Junho de 2000, foi persuadida na Companhia “XX” a fazer compra e venda divisas pelos 2º e 3º arguidos B e C, e na altura o 3º arguido C usava o nome de “Nelson”.

A ofendida acabou por ser convencida a fazer operações de compra e venda divisas, apesar de ser desconhecedora das mesmas.

Em 19 de Junho de 2000, a ofendida entregou HK\$100.000,00 ao tal arguido C “Nelson”, e ao mesmo tempo assinou um conjunto de documentos, de cujo alcance desconhecia, incluindo um contrato de investimento em compra e venda da moeda japonesa Yen para com a Companhia “XX”, tendo-lhe sido atribuída uma conta de investimento com nº C2819.

Foi o 2º arguido B quem preparou e lavrou o contrato de compra e venda divisas para a ofendida.

Foi o 3º arguido C quem convenceu e ensinou a ofendida a fazer negócios de divisas.

O 1º arguido A disse-lhe que ele era auditor daquela companhia.

O 4º arguido D chegou a visionar o funcionamento naquela companhia.

Após feitas quatro transacções de moeda Yen, foi a ofendida avisada em 22 de Junho de 2000 de que já tinha perdido todo o dinheiro investido, salvo o saldo remanescente de HK\$1182.

A ofendida ficou com um prejuízo de HK\$98,818,00, deseja procedimento criminal e indemnização.

23º

Do mesmo modo, e no dia 20 de Junho de 2000, a ofendida U (id. fls. 1022) foi contratada para trabalhar na Companhia de investimento cambial XX, sita na Rua XX com função de fazer cálculos das transacções de divisas estrangeiras, ou seja, calculava os lucros ou perdas referentes dos clientes que compravam as divisas estrangeiras em uns impressos próprios para os efeitos.

Com a mesma história supra-referida, a ofendida foi convencida a fazer compra e venda de divisas estrangeiras.

No dia 21 de Julho, a ofendida entregou HK\$100.000, à companhia acima referida e lhe foi atribuída uma conta.

E a ofendida fez uma transacção de compra de moeda Yen japonesa.

No dia 30 de Junho de 2000, foi informada de que não precisava de voltar ao serviço.

No dia 6 de Julho, a companhia devolveu-lhe HK\$100.000,00 e pediu-lhe que desistisse da queixa.

Reconheceu que os arguidos A, B, C e D trabalhavam naquela empresa.

Foi o 1º arguido A quem indicou a data em que a ofendida devia voltar ao serviço.

Foi o 3º arguido C quem levou a ofendida a visitar todas as instalações na XX no momento em que foi admitida ao emprego.

Foi com o 2º arguido B quem a ofendida assinou o contrato de compra e venda de divisas estrangeiras para com a Companhia XX de Taiwan.

O 4º arguido D alegou aos trabalhadores da empresa XX que ele se tratava dum cliente da companhia e era de Singapura.

Não deseja procedimento nem indemnização.

24º

Do mesmo modo e no dia 21 de Junho de 2000, o ofendido T (id. fls. 1284) foi contratado para ser empregado da companhia denominada XX sita na Rua XX.

O ofendido começou a trabalhar no dia 22 de Junho de 2000, e uma empregada, cuja identidade se desconhecia, da companhia ensinou, lhe a fazer registos dos dados de investimentos feitos pelos clientes da companhia.

No dia 26 de Junho de 2000, dois empregados da companhia denominados por “Ah Ieng” e “Ah Wai” persuadiram o ofendido que fizesse investimento na moeda japonesa, alegando que era muito fácil de ganhar dinheiro.

O ofendido acabou por ser convencido e entregou uma quantia de HK\$100.000,00 à uma empregada da companhia para fazer investimento na compra e venda de moeda japonesa, e depois os empregados da companhia abriram-lhe duas contas com os números de 00326 e 00293 para o dito investimento.

Após de várias transacções, disseram-lhe que tinha ganho HK\$14.000,00 no dito “investimento”.

No dia 30 de Junho de 2000, o ofendido recebeu uma chamada telefónica duma empregada da companhia, notificando o mesmo de que não precisava de regressar ao serviço.

Assim, o ofendido foi enganado com prejuízo de HK\$100.000,00 investido.

O ofendido reconheceu que o 1º arguido A era gerente da companhia “XX” e foi o 2º arguido B quem lhe passou o recibo de investimento entregue à companhia “XX” e ensinou o ofendido a “trabalhar” na companhia. E foi o 3º arguido C quem lhe entregou os dados de investimentos realizados pelos clientes da companhia para os registar.

O ofendido deseja procedimento criminal e indemnização.

25º

Todos os arguidos a giram livre, consciente e voluntariamente.

26º

E em conjugação de esforços, mediante um plano previamente acordado e aceite por todos, no intuito de conseguirem vantagens patrimoniais que lhes enriquecessem ilegítimamente e com prejuízo aos ofendidos, tendo, efectivamente, obtido numerário que integraram nas suas esferas patrimoniais que sabiam não lhes pertenciam por serem obtidos por maneira não legal.

27º

E para tal, mercê de todos os artifícios dos arguidos e da confiança por eles criada, convenceram outrem que conseguiriam obter vantagens patrimoniais através da transacção de divisas estrangeiras.

28º

Bem sabendo que as suas condutas não eram permitidas por lei.

***

- Na sede das referidas companhias sita na Rua de XX , trabalhavam três telefonistas, sendo duas, V e X, há cerca de um ano e a Y, há cerca de meio ano.
- Na altura, as três telefonistas recebiam, diariamente, cercas de trinta telefonemas sobre pedido de emprego e nunca chegaram a atender telefonemas sobre a transacção de divisas estrangeiras.
- Passaram pelas referidas empresas cerca de quinhentas pessoas, contratadas para as funções de registo de contas, contudo o período de permanência dessas pessoas na empresa medeia-se entre um dia a um mês no máximo.
- O 1º arguido A chegou a entrevistar os candidatos ao emprego.

***

- O 1º arguido não confessa a prática dos crimes, reconhecendo apenas que na altura desempenhava a função de gerente de recursos humanos e desconhecia o funcionamento das actividades comerciais das referidas companhias.
- Aufere, mensalmente, cerca de MOP\$13.000,00 e tem a seu cargo a sua mãe. Possui como habilitações o curso secundário

***

- Nada consta em desabono dos arguidos dos seus CRCs junto aos autos.
- Não se provaram que os 7º e 8º G e H tenham participado no referido grupo constituído pelos primeiros seis arguidos para se dedicarem em incentivar terceiros a fazer “compra e venda de divisas” nas empresas, supostamente, sediadas em Taiwan,

com vista a enganarem os ofendidos e assim obterem para si enriquecimento ilegítimo.

- E não se provaram que foi o 7º arguido G, quem tinha contactado o 1º arguido A para formar o grupo a incentivar as pessoas a “comprar e vender divisas” ou que, em meados de Dezembro de 1999, tenha ordenado o 6º arguido F que se deslocasse a Macau a fim de fomentar os empregados recrutados na XX a fazerem compras e vendas de moedas estrangeiras.
- Não se provou que o 1º arguido tenha recebido dinheiro da ofendida J, ou que tenha participado directa e pessoalmente no caso dela.
- Não se provou que a ofendida M tenha reconhecido que o 5º arguido E trabalhava naquela companhia XX.
- Não se provaram quaisquer factos penalmente relevantes do caso da ofendida Z (id. fls. 766) vertidos na acusação.
- E não se provaram quaisquer outros factos da pronúncia que não estejam em conformidade com a factualidade acima assente.

* * *

Conhecendo:

1. Delimitação do objecto do recurso
2. Crime de associação criminosa

1. Delimitação do objecto do recurso

O recurso limitou-se a impugnar o Acórdão na parte relacionada com a condenação pelo crime de associação criminosa.

Para tal, imputou o Acórdão pelo vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada, tendo afirmado que “[n]ão há prova nos autos da prática do crime de associação criminosa”.

Em primeiro lugar, é de destacar que o recorrente confunde a insuficiência de matéria de facto provada com a insuficiência de prova.

Quanto à questão, como é de doutrina e jurisprudência unânimes, a insuficiência referida na al. a) do artigo 400º nº 2 do CPPM só existe quando os factos provados forem insuficientes para justificar a decisão de direito assumida, ou seja, tão só quando se verifique uma lacuna no apuramento da matéria de facto indispensável para a decisão de direito.

De mesmo modo, só há insuficiência da matéria de facto provada quando se puder concluir que com ela não é possível chegar-se à solução de direito encontrada ou quando o tribunal não investigou tudo quanto a acusação, a defesa ou a discussão da causa suscitaram nos autos.

Mas a insuficiência de provas não pode ser um vício de insuficiência de matéria de facto, pois as provas são sujeitas à livre apreciação dos julgadores, ficando as mesma fora do âmbito do reexame por contender com o princípio firmado no artigo 114º do Código de Processo Penal.¹ Esta confusão verifica-se flagrantemente da própria palavra do recorrente: “[n]ão há prova nos autos da prática do crime de associação criminosa ...”.

In casu, para o recorrente, verifica-se a dita insuficiência “uma vez que não se encontram preenchidos todos os elementos do tipo legal

---

¹ Entre outros, cita-se do Acórdão do TSI de 15 de Junho de 2000 no recurso nº 92/2000.

incriminador do crime de associação criminosa”. Mas salvo melhor entendimento, os factos dados por assentes são mais do que suficientes para se subsumirem no crime de associação criminosa p. e p. pelo artigo 288º do código Penal.

Se não, vejamos.

2. Crime de associação criminosa

2.1. Consideração genérica

Prevê o artigo 288º do Código Penal:

“1. Quem promover ou fundar grupo, organização ou associação cuja finalidade ou actividade seja dirigida à prática de crimes é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos.

2. Na mesma pena incorre quem fizer parte de tais grupos, organizações ou associações ou quem os apoiar, nomeadamente fornecendo armas, munições, instrumentos de crime, guarda ou locais para as reuniões, ou qualquer auxílio para que se recrutem novos elementos.

3. Quem chefiar ou dirigir os grupos, organizações ou associações referidos nos números anteriores é punido com pena de prisão de 5 a 12 anos.

4. As penas referidas nos números anteriores podem ser especialmente atenuadas ou o facto deixar de ser punível se o agente impedir ou se esforçar seriamente por impedir a continuação dos grupos, organizações ou associações, ou comunicar à autoridade a sua existência

de modo a esta poder evitar a prática de crimes.”

Pelo Acórdão recorrido, o arguido, com outros, foi condenado pela prática, entre outros, de um crime de associação criminosa nº 2 do artigo 288º do CPM, tendo convolado o crime acusado contra o arguido ora recorrente do nº 3 para o nº 2 desse artigo.

Quer dizer, os primeiros 6 arguidos foram todos condenados pelo crime de associação criminosa pelo facto de fazer parte de associação. A condenação por nº 2 do artigo 288º do Código Penal pressupõe assim a existência duma associação.

O bem jurídico protegido pelo tipo do crime de associação criminosa, na palavra do Prof. de Figueiredo Dias, “é a paz pública no preciso sentido das expectativas sociais de uma vida comunitária livre da especial perigosidade de organizações que tenham por escopo o cometimento de crimes. Não se trata pois da intervenção da tutela penal apenas quando foi posta em causa a segurança” ou a “tranquilidade” públicas pela ocorrência efectiva de crimes ou de violências. Trata-se de intervir num estágio prévio, através de uma dispensa antecipada de tutela, quando a segurança e a tranquilidade públicas não forem ainda necessariamente perturbadas, mas se criou já um especial perigo de perturbação que só por si viola a paz pública”².

São, conforme o mesmo Mestre, elementos constitutivos deste crime em causa:

---

² Pelo que a “paz” é um conceito mais amplo que os de segurança e tranquilidade, podendo ser posta em causa quando estas ainda o não foram. In Comentário Conimbricense do Código Penal, parte especial, II, pp 1157.

- Existência de uma pluralidade de pessoas;
- A organização tem uma certa duração;
- Existência de um mínimo de estrutura organizatória que - não tendo de ser tipicamente cunhada) - sirva de substrato material à existência de algo que supere os agentes;
- Existência de uma qualquer formação de vontade colectiva;
- Existência de um sentimento comum de ligação por parte dos membros da associação.³

Para Drs Leal-Henriques e Simas Santos, este crime, no âmbito do artigo 288º do Código Penal, é mister que se congreguem três elementos essenciais:

- o elementos organizativo;
- elemento de estabilidade associativa; e
- o elemento da finalidade criminosa.⁴

Diz o elementos organizativo, “o pôr em comum esforço e vontade com vista à prática de crimes, com adesão expressa ou tácita de todos os componentes,conhecendo todos os objectivos criminosos em vista e aquiescendo quanto à finalidade comum, ainda que esses componentes nunca se tenham encontrado e nem se conheçam”.

---

³ In Comentário Conimbricense do Código Penal, parte especial, II, pp.1161 a 1162. Neste sentido também o Ac. de STJ de Portugal de 8 de Janeiro de 1998.

⁴ In Código Penal de Macau anotado, 1997, p. 847.

Diz o elemento de estabilidade associativa, “o objectivo de manter, no tempo, uma actividade criminosa estável, ainda que, no concreto, essa permanência não venha a ocorrer”.

E finalmente, diz o elemento da finalidade criminosa “qual seja o de a conjugação de vontades se dirigir à prática de crimes, de uma única espécie ou espécies diferentes”.⁵

Apesar de serem expressões diferentes, não divergem-se na exigência dos elementos essenciais da “organização criminosa com carácter de permanência ou de estabilidade”. Como afirmou Beleza dos Santos, “basta demonstrar a existência da associação” isto é “que há um acordo de vontade de duas ou mais pessoas para a consecução de fins criminosos e uma certa estabilidade ou permanência ou, ao menos, o propósito de ter esta estabilidade”.⁶

O crime de associação criminosa previsto e punido pelo artigo 288º do Código Penal, “é exigida uma organização ou associação cuja actividade é dirigida à prática de crimes, sendo que a organização deve manifestar-se por convenção ou quaisquer factos que indiquem o pacto”.⁷

Como afirmou também o Acórdão do TSJ de 27 de Janeiro de 1997, “... tendo em vista o contexto local, que o legislador, à margem da doutrina tradicional abraçada pelo artº 288º do Código Penal para a generalidade dos casos, veio formular um conceito próprio e específico de

---

⁵ Acórdão do então TSJ de 22 de Janeiro de 1997, in *Jurisprudência*, p. 61 e seg. Cfr também o Acórdão deste TSI de 14 de Setembro de 2000 do processo n.º 128/2000.

⁶ *Revista e Legislação e Jurisprudência*, ano 709, pp. 97 e ss. Citado no Leal-Henriques e Simas Santos, *Código Penal de Macau anotado*, 1997, p. 847.

⁷ Acórdão do então TSJ de 4 de Novembro de 1998 do Processo n.º 934.

associação ou sociedade secreta para certo tipo de actividades criminosas, caracterizando-as como as organizações clandestinas formadas, com carácter estável, para cometerem infracções penais e cuja existência se manifeste por convenção ou por quaisquer outros factos, designadamente pela prática, cumulativa ou não, de determinados ilícitos”.⁸

Pela ideia de estabilidade ou de permanência faz-se distinguir do regime da comparticipação, é que, na associação e derivada dela própria, existe uma estrutura nova, uma estrutura autónoma superior ou diferente dos elementos que a integram e que não aparece na comparticipação.⁹

Tal como entendeu a jurisprudência, “é suficiente para a existência da associação criminosa a união voluntária de duas ou mais pessoas para cooperar na realização de um programa criminoso, possuindo essa associação o carácter de certa permanência e estabilidade ou, ao menos, o propósito de ter essa estabilidade”.¹⁰

Outro elemento fundamental do crime de associação criminosa é a finalidade da prática dos crimes e o sentimento comum de ligação. Não basta em caso algum que o acordo colectivo se destine à prática de um só crime, mas não devendo chegar ao ponto de se exigir que os crimes

---

8 Jurisprudência, 1997, I, p. 61.

9 Como entendeu o Prof. Cavaleiro de Ferreira, a participação assenta em dois pontos fundamentais: a causalidade e a acessoriedade. Isto é, “[a] actividade de cada participante é causal em relação ao crime (...) e tanto a co-autoria, como a autoria moral e a cumplicidade têm natureza acessória. A incriminação de cada participante depende de um facto de terceiro. Não há co-autor sem que outro co-autor realize parte do crime que o primeiro executa, também parcialmente, integrando a actividade de ambos a noção legal de crime” (apud “Direito Penal” ed. 1962, II, 321).

Era este, no essencial, o entendimento do prof. Eduardo Correia que, no entanto, esclarecia:

“A doutrina, sobretudo a alemã, costuma integrar na teoria da comparticipação os chamados «komplott» e «bando». Tem lugar aquele, o «komplott» quando várias pessoas se associam com o fim de executar um ou vários crimes determinados, e, este, o «bando», quando tal associação se dirige à prática de uma série indeterminada de crimes”, in “Direito Criminal”, ed. 1953. Col. Studium, 143.

10 Entre outros o Ac. do STJ de Portugal de 14 de Novembro de 1996.

tenham de ser de diferente natureza (embora porventura o sejam na maior parte dos casos) deve acentuar-se por aqui o carácter numa qualquer medida geral e absoluto da vontade criminosa da associação. Em caso de existir de um único crime continuado, quando os factos integrantes da continuação se apresentem, a um modo de consideração fáctico e natural, como uma pluralidade de comportamentos autónomos, nesta situação, o Prof. Figueiredo Dias observou que “quando assim suceda não se vê que a unificação normativa das diversas condutas que está no cerne do crime continuado deva só por si obstar – sobretudo num direito como o nosso em que aquela figura não supõe, bem ao contrário, a “unidade de desígnio criminoso¹¹” – à afirmação do escopo criminoso da associação.¹²

Nalguma jurisprudência, afirmou-se que “para a verificação do crime de associação criminosa não é necessário que venha a ser praticado qualquer crime, bastando que ocorra a possibilidade ou o perigo da prática dos actos criminosos que a constituição da associação visa”.¹³

No caso concreto respeitante ao crime de burla, também já se julgou que: “cometeram, pois, esse crime (associação criminosa) os dois arguidos, ao fundarem e porém em actividade, por acordo de vontades, uma organização estável e permanente, dotada de certa autonomia e destinada à prática de crimes de burla”.¹⁴

No crime de associação criminosa, verifica-se um sentido comum

---

11 Cf. Eduardo Correia, *Unidade e Pluralidade de Infracções* 1945, 212 ss e o artigo 30º -2 do CP de Portugal.

12 In *Comentário Conimbricense do Código Penal*, parte especial, II, pp 1163 a 1164.

13 Entre outros, o Ac. do STJ de Portugal de 14 de Novembro de 1996.

14 O Ac. do STJ de Portugal de 9 de fevereiro de 1995.

de ligação por parte dos membros da associação que se apresenta como uma unidade diferente de qualquer uma das individualidades componentes. A vontade de qualquer membro ficou transcendida por essa vontade unitária.

2.2. *In casu*

Perante o que ficou dito, e analisando os factos provados acima transcritos, que não se afiguram de serem alterados quer nos termos do artigo 39º da Lei nº 9/1999, de 20 de Dezembro, quer nos termos do artigo 400º nº 2 do Código de Processo Penal, verifica-se ser incensurável a subsunção feita pelo Colectivo *a quo* por estar suficiente e claramente comprovada a existência de associação criminosa previsto no artigo 288º do Código Penal.

Com efeito, dos autos, como acima transcritos, foram dados como provados, entre outros, os factos:

- 1) Em data indeterminada, os 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º arguidos e outros indivíduos não identificados agruparam-se para se dedicarem em incentivar terceiros a fazer “compra e venda de divisas” nas empresas supostamente sediadas em Taiwan inexistentes (factos nº 1 e 2), não tendo intenção de ajudarem os ofendidos na compra ou venda de divisas (facto nº 2), com vista a enganarem os ofendidos e assim obterem para si enriquecimento ilegítimo como modo de vida, muitas vezes usando nomes falsos perante os ofendidos e cada um exercendo função conforme plano pré-determinado e concertado”;
- 2) Os arguidos a giram livre, consciente e voluntariamente, em conjugação de esforços, mediante um plano previamente acordado e aceite por todos – **elemento organizativo e elemento da finalidade criminosa;**

- Os arguido agruparam-se, com uma base numa companhia registada em Macau, desde do começo, pelo 1º arguido A da formar o grupo para incentivar as pessoas a “comprar e vender divisas”, em Setembro de 1999 (facto nº 7), com base na companhia de nome XX (sita na Rua XX - facto nº. 4 -, alterada o nome para a Companhia “XX”, em chinês “XX”) prosseguiu o início de actividades e depois com base noutra companhia Consultiva Internacional “XX” (sita na Avenida XX - facto nº. 9 - em que o 1º arguido A era também responsável da Companhia Consultiva Internacional “XX” - facto nº 10º), funcionando de mesma maneira e com mesmo objecto ilícito (facto nº 11º), até a consumação do crime de burla do último ofendido, em 30 de Junho de 2000, as sua actividades criminosas foram executadas nessa sede de companhias, -- **elemento de estabilidade ou de permanência.**

É de considerar a falta da razão do recorrente quanto à ausência dos elementos para integrar o crime de associação criminosa, muito menos existir o vício de insuficiência da matéria de facto provada para a decisão de direito, devendo, assim, improceder o recurso.

Ponderado resta decidir.

Pelo exposto, acordam neste Tribunal de Segunda Instância em negar o provimento ao recurso interposto pelo arguido A, mantendo a decisão recorrida.

Fixa-se a taxa de justiça em 6 UC's a cargo do recorrente.

Macau, RAE, aos 11 de Julho de 2002.

Choi Mou Pan (Relator) – José Maria Dias Azedo – Lai Kin Hong (com a declaração de voto)

Recurso nº 46/2002

Quanto à questão de não preenchimento de todos os elementos do tipo do crime de associação criminosa, levantada pelo recorrente , subscrevo a decisão apenas com fundamento na verificação *in casu* de todos os elementos do tipo de associação criminosa, de acordo com o ensinamento do Prof. Figueiredo Dias, (cf. Figueiredo Dias, in As «Associações Criminosas» no Código Penal Português de 1982 (arts.287º e 288º), Coimbra Editora), que defende que para o preenchimento do tipo de associação criminosa, é preciso que haja:

- a) A existência da associação, grupo ou organização pressupõe:
  - i) uma pluralidade de pessoas;
  - ii) uma certa duração;
  - iii) um mínimo de estrutura organizatória;
  - iv) um qualquer processo de formação da vontade colectiva; e
  - v) um sentimento comum de ligação por parte dos membros da associação

- b) A prática de crimes como único escopo, ou um dos escopos da associação.

A materialidade fáctica provada demonstra, sem dúvida, a prática pelo recorrente de um crime de associação criminosa p. e p. pelo artº 288º/1 do Código Penal por ter preenchido os elementos acima mencionados.

Não subscrevo outras citações ou afirmações feitas no Acórdão que antecede, por as considerar desnecessárias ou não pertinentes à boa decisão do presente recurso.

R.A.E.M., aos 11JUL2002

Lai Kin Hong